



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
Pregão Eletrônico N.º 143/2010	
(Regido pela Lei Complementar 123/06, pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 3.931/01, 5.450/05, 6.204/07 e subsidiariamente pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)	
Setor:	CLCON – Coordenadoria de Licitações e Contratos
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Aquisição de Controlador Wireless.
SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES	
Dia:	Consultar o portal www.comprasnet.gov.br
Hora:	Consultar o portal www.comprasnet.gov.br
Local:	www.comprasnet.gov.br
Local, dias e horários para leitura ou obtenção deste edital	
Dia:	Segunda a sexta-feira
Hora:	Das 12h às 18h
Local:	SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 333, Coordenadoria de Licitações e Contratos, CEP 70070-600, Brasília-DF
Custo do edital impresso: R \$ 0,15 (quinze centavos) por página	

**Acompanhe esta licitação e seus atos na internet nos portais
www.tst.jus.br e www.comprasnet.gov.br**

Observação: o pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço cpl@tst.jus.br, conforme o art. 19 do decreto n.º 5.450/05.

Retire o edital gratuitamente pelos portais
www.tst.jus.br e www.comprasnet.gov.br



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é a aquisição de Controlador Wireless com suporte de serviços associados, Código CATMAT BR 0150345, nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.
- 1.2. As especificações técnicas do objeto constam no Anexo I deste edital.
- 1.3. Os bens deverão ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
 - 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
 - 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 2.1.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
 - 2.1.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.2. Ficam impedidos de participar desta licitação os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo TST.



3. Credenciamento dos Representantes

3.1. O credenciamento do licitante bem assim a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.450/05.

3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 do Decreto 5.450/05.

3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar nos campos apropriados o preço unitário, expresso em reais, incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.2. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” solicita-se que sejam incluídas, todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados:

4.2.1. Prazo de entrega dos equipamentos de, no máximo, trinta dias corridos, contados da assinatura do contrato;

4.2.2. Prazo de garantia dos equipamentos de, no mínimo, doze meses, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo; e

4.2.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa dias.

4.3. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou as que desatendam às exigências deste edital.

4.4. Os licitantes devem encaminhar, no ato de envio de suas propostas, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:

4.4.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;

4.4.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

4.4.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;

4.4.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.



4.5. As referidas declarações somente poderão ser visualizadas e impressas a partir da fase de aceitação e habilitação, respectivamente, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes, por solicitação do pregoeiro.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena de serem truncados, e serão irrealizáveis.

5.2. Serão desclassificadas as propostas e lances que ofereçam preços excessivos ou inexeqüíveis.

5.2.1. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.

5.2.2. O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico

6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido nos Decretos 5.450/05 e 6.204/07.

6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto 5450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.2. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas cujos dados disponíveis revelem estar em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2.1. A **desclassificação** de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

6.2.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.

6.3. O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.



- 6.4. O pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, no fim do qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.9. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.10. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.11. **Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 6.204/07.**

7. Julgamento das Propostas e Habilitação

- 7.1. Após o encerramento da fase de lances e da aplicação automática pelo Sistema COMPRASNET das regras de preferência para as microempresas e as empresas de pequeno porte, os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida serão convocados para encaminhar a Declaração de Direito de Preferência – Anexo II.
 - 7.1.1. Será assegurado o direito de preferência de que trata o art. 3º da Lei n.º 8.248/91, aos licitantes que declarem usufruir do benefício, observada a seguinte ordem, na forma do art. 5º do Decreto n.º 7.174/10:
 - 7.1.1.1. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
 - 7.1.1.2. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e



- 7.1.1.3. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.
- 7.1.2. O pregoeiro irá solicitar, por meio do canal de comunicação - *chat*, o envio da Declaração de Direito de Preferência que deverá ser encaminhada utilizando-se a funcionalidade de “envio de anexos” existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo de 20 minutos contados da solicitação.
- 7.1.2.1. Para não correrem o risco de perder a oportunidade de envio das Declarações, os licitantes já deverão deixar o referido documento pronto, em arquivo no formato PDF, para atenderem à convocação de imediato, dentro do prazo estabelecido.
- 7.1.3. Caso haja licitantes que se declarem portadores de um ou de dois certificados, aplicar-se-á a seguinte ordem de classificação, levando-se em consideração que as microempresas e as empresas de pequeno porte que tenham apresentado a Declaração, na forma do subitem 7.1.2, terão prioridade no exercício de preferência em relação às médias e grandes empresas:
- 7.1.3.1. 1º - Tecnologia no País + Processo Produtivo Básico + Micro e Pequena Empresas;
- 7.1.3.2. 2º - Tecnologia no País + Processo Produtivo Básico;
- 7.1.3.3. 3º - Tecnologia no País + Micro e Pequena Empresas;
- 7.1.3.4. 4º - Tecnologia no País;
- 7.1.3.5. 5º - Processo Produtivo Básico + Micro e Pequena Empresas;
- 7.1.3.6. 6º - Processo Produtivo Básico.
- 7.2. Estabelecida, com base no subitem 7.1.3, a nova ordem de classificação, o pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para exercer o direito de preferência, ou seja, ofertar nova proposta para igualar ou superar a melhor proposta válida.
- 7.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar e observará os seguintes requisitos:
- 7.3.1. A conformidade da proposta com as especificações do objeto;
- 7.3.2. A compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado.
- 7.4. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.5. As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis serão desclassificadas.



- 7.5.1. Consideram-se preços manifestamente inexeqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 7.5.2. Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas outras diligências.
- 7.6. O pregoeiro, a seu critério e mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (*chat*) no decorrer da sessão, poderá solicitar ao participante melhor classificado a apresentação de documentos que identifiquem o produto cotado, como catálogos ilustrativos originais do fabricante, folders com fotos, manuais técnicos ou cópias fotostáticas legíveis, em língua portuguesa, nos quais constem especificações claras e detalhadas dos equipamentos.**
- 7.6.1. O licitante que não se dispuser a colaborar com as diligências preliminares, apresentar a documentação fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o licitante subsequente convocado.
- 7.6.2. A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação dos documentos solicitados.
- 7.7. O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.7.1. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.9. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.10. Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, o proponente será afastado do certame e o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.



- 7.11. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e em seus anexos.
- 7.12. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.
- 7.13. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.14. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. **As empresas vencedoras do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (chat), sob pena de serem descartados.**
- 7.16. O sistema eletrônico produzirá automaticamente ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:
- a) Habilitação jurídica;
 - b) Regularidade fiscal;
 - c) Qualificação econômica e financeira;
 - d) Qualificação técnica;
 - e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações,



- acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício; e
- 8.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;
- 8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.3.4.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e
- 8.3.4.2. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, o pregoeiro verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela Internet.
- 8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.



8.3.6.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, o pregoeiro verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Previdência Social, pela Internet, na forma da OS 207 do INSS, de 08-04-99.

8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se **Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um**, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.4.2.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor da contratação resultante da licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.

8.4.2.2. Serão considerados aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial ou;

b) Publicados em jornal de grande circulação ou;

c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;

d) Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, na forma da IN 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1.º-08-97, art. 6º, junto com o original do Diário para cotejo pelo pregoeiro ou acompanhada obrigatoriamente da cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento.

8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.



- 8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 8.5.1. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Edital;
- 8.5.1.1. A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de bem ou a prestação de serviço compatível com o objeto licitado, terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.
- 8.5.2. Caso o licitante tenha exercido o direito de preferência, na forma disciplinada nos itens 7.1 a 7.2 deste edital, deverá apresentar o(s) seguinte(s) documento(s), conforme o caso:
- 8.5.2.1. Para comprovação da condição de bens com tecnologia desenvolvida no País ou reconhecimento de bens desenvolvidos no País: Portaria emitida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.
- 8.5.2.2. Para comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico: Portaria Interministerial de Habilitação MCT/MDIC/MF.
- 8.6. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.6.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.6.2. **Os licitantes que estiverem em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL.**
- 8.6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados utilizando-se a funcionalidade de “convocação de anexos” existente no sistema de pregão eletrônico, no **prazo de uma hora** contado da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em dois dias úteis após o encerramento da sessão pública.
- 8.6.3.1. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.



- 8.6.4. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.6.5. O pregoeiro inabilitará o proponente cuja documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos.
- 8.6.6. Caso o licitante seja inabilitado por irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE 05/95), ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.6.7. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.6.8. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.6.9. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
- 8.6.10. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204, de 05/09/07.**

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
- 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço indicado na



folha de rosto, em mensagens escritas que não podem conter qualquer anexo, sob pena de serem descartadas, assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de forma e conteúdo.

- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua **intenção de recorrer** ao final da sessão pública, **imediate e motivadamente**, em campo próprio do sistema, o qual terá **três dias** para apresentar as **razões de recurso**, e os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar **contra-razões em igual prazo** contado do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O encaminhamento das razões de recurso bem assim das contra-razões deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e o pregoeiro ficará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.9. Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão final antes da homologação do procedimento.
- 9.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Licitações e Contratos do TST, sito no SAFS, Quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 333.

10. Prazo e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após a homologação do resultado, o TST convocará a empresa adjudicatária para retirar a nota de empenho e para assinar o instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.
- 10.2. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de dois dias úteis, prorrogável uma única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação e de serem aplicadas as sanções previstas no item 18.3 deste edital.



- 10.3. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficarão diretamente condicionadas à formalidade de assinatura do próprio contrato, e cabe à empresa fazer-se representar por profissional habilitado a cotejar a minuta com o instrumento obrigacional definitivo bem assim a firmá-lo.
- 10.4. O exame a que alude o item anterior se dará no recinto do Tribunal e poderá ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive fora do expediente normal de trabalho.
- 10.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.6. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.6.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 10.6.2. seguro garantia;
 - 10.6.3. fiança bancária.
- 10.7. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em cinco dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.2, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 18.3.
- 10.8. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST.
- 10.9. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a Contratada obriga-se a prestar os serviços conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

11. Vigência do Contrato

- 11.1. A vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto, e terá validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.



11.1.1. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último.

12. Fiscalização da Execução Contratual

12.1. A execução do objeto deste pregão eletrônico será fiscalizada por um servidor designado pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

12.2.1. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

12.2.2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;

12.2.3. Acompanhar e atestar a execução, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

12.2.4. Encaminhar à Secretaria de Administração Orçamento e Finanças - SEAOF os documentos que relacionem às ocorrências que impliquem possíveis sanções punitivas a serem aplicadas à Contratada.

12.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

13.1. O objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:

13.1.1. **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

13.1.2. **Definitiva**, mediante recibo, em até dez dias úteis a partir do recebimento provisório, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

13.2. O objeto entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.



13.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

13.3. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo TST.

14. Condições de Pagamento

14.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

14.1.1. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

14.1.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores consignados na Nota de Empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deve notificar a Contratada a substituí-la em três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

14.2. A Contratada deverá entregar todo o material solicitado mediante nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

14.3. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

14.4. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

14.5. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das



despesas, previstos neste edital, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajustamento dos Preços

15.1. Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis.

16. Obrigações da Contratada

16.1. Prestar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado neste edital.

16.2. Entregar os equipamentos, instalar e configurar nos prazos e na forma a seguir:

16.2.1. O objeto deverá ser entregue no endereço: Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8, Lote 1, Bloco "A", Subsolo Almoxarifado – Brasília – DF, CEP: 70070-600 Fones: (61) 3043-3134 / 3043-3431.

16.2.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios de hardware e de software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, *drivers* de controle, programas de configuração e gerenciamento.

16.2.3. Os equipamentos deverão conter sua documentação técnica completa e atualizada, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes, em Língua Portuguesa do Brasil ou Língua Inglesa.

16.2.3.1. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

16.2.4. A instalação e configuração dos equipamentos deverão ser realizadas pela Contratada.

16.2.5. A contratada deverá repassar os conhecimentos necessários para os servidores das seções STEL/CSUP e SGRE/CITEC, preferencialmente nas dependências do TST, abrangendo todas as funcionalidades da ferramenta adquirida.

16.2.6. Apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a ementa e o cronograma para realização do repasse de conhecimento, que deverá ser aprovado previamente pelo TST.

16.2.7. Fornecer certificados aos participantes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o repasse do conhecimento.

16.3. Prestar assistência técnica durante a garantia nos prazos e na forma a seguir:

16.3.1. A assistência técnica será prestada na modalidade "on-site" de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, e consistirá na reparação das



- eventuais falhas do equipamento e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para o referido equipamento.
- 16.3.2. A assistência técnica consistirá na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento do equipamento com o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive peças.
- 16.3.3. O fornecedor deverá garantir assistência técnica do equipamento, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de atender no local de entrega do equipamento com, no mínimo, um posto de assistência técnica.
- 16.3.4. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.
- 16.3.5. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e por telefone com número de DDD igual ao da localidade do Contratante, ou através de prefixo “0800”. Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.
- 16.3.6. O Controlador de Wireless deverá ter um nível de atendimento 8x5xNBD: 8 horas por dia, 5 dias da semana (de segunda a sexta) com a reposição de equipamento até no próximo dia útil.
- 16.4. Cumprir todos os requisitos descritos neste edital, responsabilizando-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o Contratante.
- 16.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste edital em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.
- 16.6. Respeitar o sistema de segurança do Tribunal e fornecer todas as informações solicitadas por ele.
- 16.7. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- 16.8. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante, sendo vedada, à Contratada, sua cessão, locação ou venda a terceiros.
- 16.9. Utilizar padrões definidos em conjunto com o Tribunal (nomenclaturas, metodologias, etc.).



- 16.10. Substituir o técnico mediante requerimento feito pelo Tribunal. A referida substituição poderá ser requerida em decorrência de avaliações do Tribunal Superior do Trabalho, não cabendo questionamentos, se entendido que:
- 16.10.1. o técnico não se adaptou ao serviço;
 - 16.10.2. falta experiência prática, embora tenha tempo de serviço demonstrado no currículo para a atividade delegada;
 - 16.10.3. existem problemas de qualquer ordem que o impossibilita de executar suas atividades/tarefas nos horários e escalas definidos pelo Tribunal;
 - 16.10.4. o desempenho profissional e a conduta do técnico são prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- 16.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o TST.
- 16.12. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.13. A Contratada não será responsável:
- 16.13.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
 - 16.13.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.14. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Contratante;
 - 17.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste edital;
 - 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais.



18. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 18.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:
- 18.1.1. Advertência;
 - 18.1.2. Multa;
 - 18.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho;
 - 18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.2. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 18.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 20.1.3 e 20.1.4 deste edital, como também a inexecução total do contrato.
- 18.3. No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura do contrato, assim como do prazo para apresentação da garantia contratual, assinalados nos itens 10.2 e 10.7 deste edital, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado.
- 18.4. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 18.5. Aquele que, convocado dentro da validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto 5450/05.



- 18.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.
- 18.7. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar, considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 18.7.1. A solicitação de prorrogação formal, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento do prazo.

19. Generalidades

- 19.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 80001.
- 19.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 29 do Decreto 5.450/05.
- 19.3. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.
- 19.4. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 19.5. Faculta-se vistoria prévia a fim de que o licitante tome ciência de todas as informações necessárias para fornecimento do objeto desta contratação.
- 19.5.1. A vistoria deverá ser agendada na Sessão de Suporte as Comunicações Telefônicas pelo telefone (61) 3043-4299, sendo que não haverá vistoria na data do Pregão.
- 19.6. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@tst.jus.br.
- 19.7. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.tst.jus.br e www.comprasnet.gov.br, onde são divulgados prazos, consultas e demais informações do certame.



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 AMBIENTE TECNOLÓGICO DO TST

- 1.1. Central Telefônica Open Scape Voice versão 3.1 R3;
- 1.2. Central Telefônica Hipath 4000 versão 4.0;
- 1.3. Aparelho Telefonico Optipoint WL2 Professional
- 1.4. Aparelho Celular Nokia E-71, N95 e N85
- 1.5. Aparelho Celular Black Berry 8900
- 1.6. O serviço de autenticação é o OPENLDAP
- 1.7. Switch Cisco 2950 e 2960.
- 1.8. Switch Cisco Core 6500.
- 1.9. Switch Cisco Intermediário 4500.
- 1.10. Firewall Check Point.

2 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

- 2.1. Deve ser fornecido em hardware do tipo appliance, dedicado à funcionalidade de gerenciamento e controle de APs, possuindo firmware ou sistema operacional próprio. O controlador aqui descrito deve substituir os controladores existentes e em operação hoje na rede do TST de marca Siemens/Enterasys modelo C100;
- 2.2. Deve ser montável em rack padrão EIA 19" (dezenove polegadas) e possuir kits completos para instalação;
- 2.3. Equipamento do tipo wireless switch, para controle de Access Points (AP) distribuídos pela infra-estrutura de rede;
- 2.4. Deve permitir gerenciar Access Points no padrão IEEE802.11a, IEEE802.11b, IEEE802.11g e IEEE802.11n;
- 2.5. Deve estar configurado para gerenciar os 140 Access points já existentes no TST de marca Siemens/Enterasys, modelos AP 2610 e AP 2620;
- 2.6. Deve suportar configuração automática dos AP's;
- 2.7. Deve implementar controles automatizados de rádio frequência tais como ajustes de canal e potência;
- 2.8. Deve ser capaz de detectar falhas na cobertura wireless e automaticamente corrigi-las;



3 VOZ

- 3.1. Deve implementar 802.11e;
- 3.2. Deve implementar WMM (Wi-Fi Multimedia);
- 3.3. Deve implementar CAC (Call Admission Control) para as chamadas de voz;
- 3.4. Deve implementar U-APSD para economia de bateria dos clientes;
- 3.5. Deve implementar Roaming entre diferentes subredes;
- 3.6. Deve implementar Roaming entre controladores;
- 3.7. Deve implementar marcação de pacotes via DSCP e ToS;
- 3.8. Deve operar com os telefones IP wireless já existente de marca Siemens WL2 Professional;
- 3.9. Deve operar em conjunto com o sistema de telefonia existente de marca Siemens modelos Openscape Voice e HiPath 4000;

4 GERENCIAMENTO

- 4.1. Deve ser gerenciado através de web browser comum via protocolo HTTP ou HTTPS;
- 4.2. Deve implementar gerenciamento via linha de comando através de Telnet ou SSH;
- 4.3. Deve possuir uma porta console para configuração local via linha de comando CLI (Command Line Interface);
- 4.4. Deve implementar SNMP versões 1,2 e 3;

5 INTERFACES E FONTES

- 5.1. Deve possuir, no mínimo, 4 portas 10/100/1000BaseT, em conector RJ45 fêmea, diretamente instalado no equipamento;
- 5.2. Deve possuir no mínimo 1 (uma) interface dedicada ao gerenciamento do tipo FastEthernet 10/100 ou GigabitEthernet 10/100/1000;
- 5.3. Deve possuir fonte de alimentação redundante, hot swap e interna ao equipamento, que opere com tensões de entrada entre 110-220VAC e frequência 50/60hz;

6 FUNCIONALIDADES

- 6.1. Deve implementar sincronismo de relógio interno via NTP;
- 6.2. O controlador deve permitir operar em alta disponibilidade operando em conjunto com outro wireless switch;
- 6.3. Deve implementar o padrão 802.1q;
- 6.4. Deve possuir servidor DHCP interno;
- 6.5. Deve suportar armazenamento de imagens para os AP's;



- 6.6. Deve implementar RADIUS Client;
- 6.7. Deve implementar TFTP Client ou FTP Client;
- 6.8. Deve implementar Syslog;
- 6.9. Deve implementar protocolo de roteamento OSPF V2;
- 6.10. A solução deve implementar portal web de autenticação destinado a usuários visitantes, sendo possível a customização com informações e características visuais (logo, banner, etc) do TST;
- 6.11. O portal web de autenticação, bem como a ferramenta de administração e gerência devem ser acessadas via web nativo, sem a necessidade de instalação de nenhum software ou plug-in adicional;
- 6.12. A base de usuários visitantes deve ser interno ao controlador, não sendo necessário alterações (inclusão/exclusão/alteração) na base de dados dos usuários corporativos (Active Directory);
- 6.13. A base de dados deve ser local no controlador e ter capacidade mínima de 100 usuários simultâneos;
- 6.14. Deverá disponibilizar usuário específico para a administração e gerência do portal web, sendo que este usuário não deve ter acesso as outras informações e configurações do controlador;
- 6.15. A criação das contas de visitantes deve possibilitar a criação de no mínimo os seguintes parâmetros:
 - a. Nome do usuário;
 - b. Senha;
 - c. Descrição da conta;
 - d. Data de início e término de validade;
 - e. Horário permitido;
 - f. Tempo de sessão;
- 6.16. A ferramenta de criação dos usuários visitantes deverá ter uma página onde constem as informações de conta e políticas de uso da instituição, sendo possível a impressão destas informações para entrega ao visitante no momento do registro;

7 SEGURANÇA

- 7.1. Deve implementar mecanismo de AAA para para usuários da rede wireless;
- 7.2. Deve implementar o protocolo de autenticação IEEE802.1x com atribuição dinâmica de VLAN;



- 7.3. Deve implementar autenticação de usuário conforme o padrão IEEE 802.1x com suporte a atribuição automática de Filtros de acesso no Access Point de acordo com os parâmetros do usuário;
- 7.4. Deve implementar o protocolo de autenticação IEEE802.1x com suporte aos seguinte métodos: EAP-TLS, EAP-TTLS, PEAP, EAP-FAST, EAP-MD5;
- 7.5. Deve implementar Autenticação de MAC;
- 7.6. Deve implementar os seguintes algoritmos de encriptação: AES (CCMP),RC4 – 40, 128-bit (TKIP, WEP);
- 7.7. Deve implementar Wi-Fi Protected Access (WPA) e WPA2;
- 7.8. Deve implementar 802.11i;
- 7.9. Deve implementar autenticação remota via RADIUS Server;

8 CAPACIDADES

- 8.1. Deve ser capaz de gerenciar, através de um ponto central, os Access Points que estejam conectados em ativos da infra-estrutura de rede existente, em diversas vlans e sub-redes IP;
- 8.2. Dever ser fornecido inicialmente com suporte a gerencia de 140 Access Points, e permitir upgrade de capacidade para mais 100 Access Points sem troca de hardware;
- 8.3. Deve possuir um throughput de no mínimo 2 Gbps;
- 8.4. Deve permitir até 120 perfis de Qos;
- 8.5. Deve permitir até 500 filtros por grupo;
- 8.6. Dever permitir um total de até 60.000 regras de filtragem;
- 8.7. Dever suportar um total de 10.000 rotas;
- 8.8. Deve permitir gerenciar no mínimo 64 SSIDs;
- 8.9. Dever permitir no mínimo 500 (G.711 / 20ms) chamadas de voz;

9 PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO E RELATÓRIOS

- 9.1. Deverá ser fornecida solução de gerenciamento, podendo ser composta por módulos integráveis, do mesmo fabricante dos demais componentes da solução de wireless, que permita o gerenciamento de todos os equipamentos propostos. A Contratada deverá fornecer também o hardware (para instalação em rack de 19”) necessário para instalação da plataforma de gerenciamento;
- 9.2. Deve permitir sua execução na plataforma Windows 2003 Server ou superior;



- 9.3. A ferramenta deve permitir realizar mudanças de configuração tais como adições e remoções de controlador através do software de gerência, permitindo dessa forma, acesso a cada controlador que compõe a solução;
- 9.4. Deve implementar mecanismos de monitoração do ambiente wireless para, no mínimo, os seguintes tópicos:
- a. Status dos dispositivos da solução wireless;
 - b. Mensagens de alertas;
 - c. Falhas dos dispositivos;
 - d. Rogue Detection, ou seja, monitoração de Access point não autorizados operando dentro ou próximo da rede wireless;
 - e. Estatísticas e relatórios para prover informações sobre usuários e dispositivos;
 - f. Deve implementar módulo com capacidade de gerar relatórios para os itens monitorados, conforme item anterior;
- 9.5. Deve implementar mecanismos de gerenciamento de alarmes e eventos que ocorrem na rede wireless;
- 9.6. Permitir monitorar Controllers, Access Points, Sensores (Access Points com funções de IDS/IPS), Grupos de SSIDs e domínios de mobilidade;
- 9.7. Permitir monitoramento gráfico real-time dos devices e utilizações do sistema (usuários/largura de banda);
- 9.8. Suportar monitoramento real-time para área de cobertura no plano de RF;
- 9.9. Suportar métodos de alertas e-mail, SNMP e Syslog;
- 9.10. Suportar Wifi Sensor 802.11b, 802.11b/g e 802.11a;
- 9.11. Suportar Prevenção de Intrusão;
- 9.12. Suportar Prevenção para ataques de Denial of Service;
- 9.13. Suportar Scanning e prevenção de ataques para um número mínimo de 10 ataques simultâneos;
- 9.14. Suportar localização de devices não autorizados como wifi- laptop, PDA, RFID tag;
- 9.15. Suportar Customização de reports baseados no tipo de evento e clientes;
- 9.16. Deve permitir monitorar no mínimo 02 Controladores wireless;
- 9.17. Deve permitir no mínimo 500 clientes Wireless;



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA DO PAÍS E PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA USUFRUTO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.174 DE 12 DE MAIO DE 2010

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 143/2010

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominado Licitante, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

() Posso a certificação de Tecnologia desenvolvida no País, nos termos da Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991 e dos Decretos nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

() Posso a certificação de Processo Produtivo Básico, nos termos da Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991 e dos Decretos nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Ainda, declara que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2010.

Representante legal da licitante – ID – CPF



**CONTRATO PE-143/2010 – AQUISIÇÃO
DE CONTROLADOR WIRELESS COM
SUPORTE DE SERVIÇOS ASSOCIADOS
(Processo TST n.º 502.585/2010-0).**

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo,
.....

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, Brasília, DF, CEP, telefone (61), fax (61), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

Este contrato fundamenta-se:

- I. no Pregão Eletrônico n.º 143/2010, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006, a Lei n.º 10.520/2002 e os Decretos n.ºs 3.931/01, 5.450/2005 e 6.204/07;
- II. nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a. constem no Processo Administrativo TST n.º 502.585/2010-0;
 - b. não contrariem o interesse público
- III. nas determinações das Leis n.ºs 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV. nos preceitos de direito público;
- V. supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a aquisição de Controlador Wireless com suporte de serviços associados, nos termos e condições constantes no edital e neste contrato e seus anexos.

Subcláusula primeira. As especificações técnicas do objeto constam no Anexo I deste contrato.

Subcláusula segunda. Os bens deverão ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO OBJETO

O objeto deste contrato tem garantia e suporte técnico durante doze meses, a contar da data da emissão do Termo Recebimento Definitivo relativo à instalação, configuração dos equipamentos e repasse de conhecimento, conforme o Termo de Garantia anexo, que terá vigência independente do prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato é a partir da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

Subcláusula única. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último, e terá validade e eficácia legal após a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$
(.....).

Subcláusula única. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, assim como as despesas relativas à garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho



elemento de despesa, nota de empenho, emitida em

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

A Contratada deverá entregar os equipamentos, em até trinta dias corridos, contados da assinatura do contrato e cumprir os demais prazos previstos neste contrato.

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações Contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

Subcláusula segunda. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de três dias do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por um servidor designado pelo Contratante, doravante denominado Fiscalização, que terá autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I. solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- II. manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- III. acompanhar e atestar a execução, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- IV. encaminhar à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SEAOF os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à Contratada;



Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DEZ - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I. **provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- II. **definitiva**, mediante recibo, em até dez dias úteis a partir do recebimento provisório, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

Subcláusula primeira. O objeto entregue em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

Subcláusula segunda. A notificação referida na subcláusula anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

Subcláusula terceira. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

CLÁUSULA ONZE - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

Subcláusula primeira. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, bloco A, 4º andar, sala 420.

Subcláusula segunda. A nota fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deve notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.



Subcláusula terceira. A Contratada deverá entregar todo o material solicitado mediante nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Subcláusula quarta A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Subcláusula quinta. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Subcláusula sexta. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstas neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a envidar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I. o objeto deverá ser entregue no endereço: Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8, Lote 1, Bloco "A", Subsolo Almojarifado – Brasília – DF, CEP: 70070-600 Fones: (61) 3043-3134 / 3043-3431;
- II. cumprir todos os requisitos descritos neste contrato, responsabilizando-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o Contratante;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- IV. respeitar o sistema de segurança do Tribunal e fornecer todas as informações solicitadas por ele;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

- V. acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- VI. guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante, sendo vedada, à Contratada, sua cessão, locação ou venda a terceiros;
- VII. utilizar padrões definidos em conjunto com o Tribunal (nomenclaturas, metodologias, etc.);
- VIII. indenizar crachás confeccionados pelo TST, tanto nas hipóteses de substituição de funcionários quando em caso de perda/extravio.
 - a) Ao término do contrato ou nos casos de rescisão por qualquer que seja a causa, a Contratada deverá devolver todos os crachás que houver recebido deste Tribunal.
- IX. responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;
- X. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Subcláusula primeira: A Contratada deverá entregar os equipamentos, instalar e configurar nos prazos e na forma a seguir:

- I. os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios de hardware e de software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, drivers de controle, programas de configuração e gerenciamento.
- II. os equipamentos deverão conter sua documentação técnica completa e atualizada, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes, em Língua Portuguesa do Brasil ou Língua Inglesa.
 - a) a documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.
- III. a instalação e configuração dos equipamentos deverão ser realizadas pela Contratada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

- IV. repassar os conhecimentos necessários para os servidores das seções STEL/CSUP e SGRE/CITEC, preferencialmente nas dependências do TST, abrangendo todas as funcionalidades da ferramenta adquirida.
- V. apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a ementa e o cronograma para realização do repasse de conhecimento, que deverá ser aprovado previamente pelo TST.
- VI. fornecer certificados aos participantes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o repasse do conhecimento

Subcláusula segunda. A Contratada deverá prestar assistência técnica durante a garantia nos prazos e na forma a seguir

- I. a assistência técnica será prestada na modalidade “on-site” de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, e consistirá na reparação das eventuais falhas do equipamento e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para o referido equipamento.
- II. a assistência técnica consistirá na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento do equipamento com o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive peças.
- III. o fornecedor deverá garantir assistência técnica do equipamento, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de atender no local de entrega do equipamento com, no mínimo, um posto de assistência técnica.
- IV. a assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.
- V. a abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e por telefone com número de DDD igual ao da localidade do Contratante, ou através de prefixo “0800”. Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.
- VI. O Controlador de Wireless deverá ter um nível de atendimento 8x5xNBD: 8 horas por dia, 5 dias da semana (de segunda a sexta) com a reposição de equipamento até no próximo dia útil.

Subcláusula terceira. A Contratada deverá substituir o técnico mediante requerimento feito pelo Tribunal. A referida substituição poderá ser requerida em decorrência de avaliações do Tribunal Superior do Trabalho, não cabendo questionamentos, se entendido que:

- I. o técnico não se adaptou ao serviço;



- II. falta experiência prática, embora tenha tempo de serviço demonstrado no currículo para a atividade delegada;
- III. existem problemas de qualquer ordem que o impossibilita de executar suas atividades/tarefas nos horários e escalas definidos pelo Tribunal;
- IV. o desempenho profissional e a conduta do técnico são prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

Subcláusula quarta. A Contratada não será responsável:

- V. por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- VI. por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

Subcláusula quinta. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TREZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Contratante;
- II. promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- III. fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA DO CONTRATO

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.



Subcláusula primeira. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada.

Subcláusula segunda. É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. No caso de atraso no cumprimento do prazo para apresentação da garantia contratual, assinalado na Subcláusula primeira da Cláusula Quatorze deste contrato, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.

Subcláusula quarta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula quinta. Aquele que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo



das multas previstas neste contrato e no edital e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

Subcláusula sexta. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.



CLÁUSULA VINTE E UM - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

Subcláusula sexta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de de .

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

MINUTA



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. AMBIENTE TECNOLÓGICO DO TST

- 1.1. Central Telefônica Open Scape Voice versão 3.1 R3;
- 1.2. Central Telefônica Hipath 4000 versão 4.0;
- 1.3. Aparelho Telefonico Optipoint WL2 Professional;
- 1.4. Aparelho Celular Nokia E-71, N95 e N85;
- 1.5. Aparelho Celular Black Berry 8900;
- 1.6. O serviço de autenticação é o OPENLDAP;
- 1.7. Switch Cisco 2950 e 2960;
- 1.8. Switch Cisco Core 6500;
- 1.9. Switch Cisco Intermediário 4500;
- 1.10. Firewall Check Point.

2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

- 2.1. Deve ser fornecido em hardware do tipo appliance, dedicado à funcionalidade de gerenciamento e controle de APs, possuindo firmware ou sistema operacional próprio. O controlador aqui descrito deve substituir os controladores existentes e em operação hoje na rede do TST de marca Siemens/Enterasys modelo C100;
- 2.2. Deve ser montável em rack padrão EIA 19" (dezenove polegadas) e possuir kits completos para instalação;
- 2.3. Equipamento do tipo wireless switch, para controle de Access Points (AP) distribuídos pela infra-estrutura de rede;
- 2.4. Deve permitir gerenciar Access Points no padrão IEEE802.11a, IEEE802.11b, IEEE802.11g e IEEE802.11n;
- 2.5. Deve estar configurado para gerenciar os 140 Access points já existentes no TST de marca Siemens/Enterasys, modelos AP 2610 e AP 2620;
- 2.6. Deve suportar configuração automática dos AP's;
- 2.7. Deve implementar controles automatizados de rádio frequência tais como ajustes de canal e potência;



2.8. Deve ser capaz de detectar falhas na cobertura wireless e automaticamente corrigi-las.

3. VOZ

3.1. Deve implementar 802.11e;

3.2. Deve implementar WMM (Wi-Fi Multimedia);

3.3. Deve implementar CAC (Call Admission Control) para as chamadas de voz;

3.4. Deve implementar U-APSD para economia de bateria dos clientes;

3.5. Deve implementar Roaming entre diferentes subredes;

3.6. Deve implementar Roaming entre controladores;

3.7. Deve implementar marcação de pacotes via DSCP e ToS;

3.8. Deve operar com os telefones IP wireless já existente de marca Siemens WL2 Professional;

3.9. Deve operar em conjunto com o sistema de telefonia existente de marca Siemens modelos Openscape Voice e HiPath 4000.

4. GERENCIAMENTO

4.1. Deve ser gerenciado através de web browser comum via protocolo HTTP ou HTTPS;

4.2. Deve implementar gerenciamento via linha de comando através de Telnet ou SSH;

4.3. Deve possuir uma porta console para configuração local via linha de comando CLI (Command Line Interface);

4.4. Deve implementar SNMP versões 1,2 e 3.

5. INTERFACES E FONTES

5.1. Deve possuir, no mínimo, 4 portas 10/100/1000BaseT, em conector RJ45 fêmea, diretamente instalado no equipamento;

5.2. Deve possuir no mínimo 1 (uma) interface dedicada ao gerenciamento do tipo FastEthernet 10/100 ou GigabitEthernet 10/100/1000;

5.3. Deve possuir fonte de alimentação redundante, hot swap e interna ao equipamento, que opere com tensões de entrada entre 110-220VAC e frequência 50/60hz;

6. FUNCIONALIDADES

6.1. Deve implementar sincronismo de relógio interno via NTP;

6.2. O controlador deve permitir operar em alta disponibilidade operando em conjunto com outro wireless switch;



- 6.3. Deve implementar o padrão 802.1q;
- 6.4. Deve possuir servidor DHCP interno;
- 6.5. Deve suportar armazenamento de imagens para os AP's;
- 6.6. Deve implementar RADIUS Client;
- 6.7. Deve implementar TFTP Client ou FTP Client;
- 6.8. Deve implementar Syslog;
- 6.9. Deve implementar protocolo de roteamento OSPF V2;
- 6.10. A solução deve implementar portal web de autenticação destinado a usuários visitantes, sendo possível a customização com informações e características visuais (logo, banner, etc) do TST;
- 6.11. O portal web de autenticação, bem como a ferramenta de administração e gerência devem ser acessadas via web nativo, sem a necessidade de instalação de nenhum software ou plug-in adicional;
- 6.12. A base de usuários visitantes deve ser interno ao controlador, não sendo necessário alterações (inclusão/exclusão/alteração) na base de dados dos usuários corporativos (Active Directory);
- 6.13. A base de dados deve ser local no controlador e ter capacidade mínima de 100 usuários simultâneos;
- 6.14. Deverá disponibilizar usuário específico para a administração e gerência do portal web, sendo que este usuário não deve ter acesso as outras informações e configurações do controlador;
- 6.15. A criação das contas de visitantes deve possibilitar a criação de no mínimo os seguintes parâmetros:
 - a. Nome do usuário;
 - b. Senha;
 - c. Descrição da conta;
 - d. Data de inicio e término de validade;
 - e. Horário permitido;
 - f. Tempo de sessão.



- 6.16. A ferramenta de criação dos usuários visitantes deverá ter uma página onde constem as informações de conta e políticas de uso da instituição, sendo possível a impressão destas informações para entrega ao visitante no momento do registro.

7. SEGURANÇA

- 7.1. Deve implementar mecanismo de AAA para para usuários da rede wireless;
- 7.2. Deve implementar o protocolo de autenticação IEEE802.1x com atribuição dinâmica de VLAN;
- 7.3. Deve implementar autenticação de usuário conforme o padrão IEEE 802.1x com suporte a atribuição automática de Filtros de acesso no Access Point de acordo com os parâmetros do usuário;
- 7.4. Deve implementar o protocolo de autenticação IEEE802.1x com suporte aos seguinte métodos: EAP-TLS, EAP-TTLS, PEAP, EAP-FAST, EAP-MD5;
- 7.5. Deve implementar Autenticação de MAC;
- 7.6. Deve implementar os seguintes algoritmos de encriptação: AES (CCMP),RC4 – 40, 128-bit (TKIP, WEP);
- 7.7. Deve implementar Wi-Fi Protected Access (WPA) e WPA2;
- 7.8. Deve implementar 802.11i;
- 7.9. Deve implementar autenticação remota via RADIUS Server.

8. CAPACIDADES

- 8.1. Deve ser capaz de gerenciar, através de um ponto central, os Access Points que estejam conectados em ativos da infra-estrutura de rede existente, em diversas vlans e sub-redes IP;
- 8.2. Dever ser fornecido inicialmente com suporte a gerencia de 140 Access Points, e permitir upgrade de capacidade para mais 100 Access Points sem troca de hardware;
- 8.3. Deve possuir um throughput de no mínimo 2 Gbps;
- 8.4. Deve permitir até 120 perfis de Qos;
- 8.5. Deve permitir até 500 filtros por grupo;
- 8.6. Dever permitir um total de até 60.000 regras de filtragem;
- 8.7. Dever suportar um total de 10.000 rotas;
- 8.8. Deve permitir gerenciar no mínimo 64 SSIDs;
- 8.9. Dever permitir no mínimo 500 (G.711 / 20ms) chamadas de voz.



9. PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO E RELATÓRIOS

- 9.1. Deverá ser fornecida solução de gerenciamento, podendo ser composta por módulos integráveis, do mesmo fabricante dos demais componentes da solução de wireless, que permita o gerenciamento de todos os equipamentos propostos. A Contratada deverá fornecer também o hardware (para instalação em rack de 19") necessário para instalação da plataforma de gerenciamento;
- 9.2. Deve permitir sua execução na plataforma Windows 2003 Server ou superior;
- 9.3. A ferramenta deve permitir realizar mudanças de configuração tais como adições e remoções de controlador através do software de gerência, permitindo dessa forma, acesso a cada controlador que compõe a solução;
- 9.4. Deve implementar mecanismos de monitoração do ambiente wireless para, no mínimo, os seguintes tópicos:
 - a. Status dos dispositivos da solução wireless;
 - b. Mensagens de alertas;
 - c. Falhas dos dispositivos;
 - d. Rogue Detection, ou seja, monitoração de Access point não autorizados operando dentro ou próximo da rede wireless;
 - e. Estatísticas e relatórios para prover informações sobre usuários e dispositivos;
 - f. Deve implementar módulo com capacidade de gerar relatórios para os itens monitorados, conforme item anterior;
- 9.5. Deve implementar mecanismos de gerenciamento de alarmes e eventos que ocorrem na rede wireless;
- 9.6. Permitir monitorar Controllers, Access Points, Sensores (Access Points com funções de IDS/IPS), Grupos de SSIDs e domínios de mobilidade;
- 9.7. Permitir monitoramento gráfico real-time dos devices e utilizações do sistema (usuários/largura de banda);
- 9.8. Suportar monitoramento real-time para área de cobertura no plano de RF;
- 9.9. Suportar métodos de alertas e-mail, SNMP e Syslog;
- 9.10. Suportar Wifi Sensor 802.11b, 802.11b/g e 802.11a;
- 9.11. Suportar Prevenção de Intrusão;



- 9.12. Suportar Prevenção para ataques de Denial of Service;
- 9.13. Suportar Scanning e prevenção de ataques para um número mínimo de 10 ataques simultâneos;
- 9.14. Suportar localização de devices não autorizados como wifi- laptop, PDA, RFID tag;
- 9.15. Suportar Customização de reports baseados no tipo de evento e clientes;
- 9.16. Deve permitir monitorar no mínimo 02 Controladores wireless;
- 9.17. Deve permitir no mínimo 500 clientes Wireless.

MINUTA



**TERMO DE GARANTIA CONTRATUAL
ANEXO AO CONTRATO PE-143/2010
(PROCESSO N.º 502.585/2010-0)**

1. DA GARANTIA

- 1.1. A **NOME DA EMPRESA**, doravante denominada Concedente, garante os produtos por ela fabricados e/ou fornecidos, pelo período de 12 meses, incluída a garantia legal, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato.
- 1.2. Os 3 (três) primeiros meses compreendem a garantia legal, e os outros 09 (nove) meses, compõem a garantia contratual, que é complementar àquela.
- 1.3. A garantia compreende a substituição dos produtos e a mão-de-obra no reparo de defeitos de fabricação.
- 1.4. Somente um técnico autorizado pela Concedente está habilitado a reparar defeitos cobertos pela garantia, mediante apresentação da nota fiscal pelo usuário do produto.

2. DA GARANTIA E DO SUPORTE TÉCNICO

- 2.1. A Concedente deverá prestar garantia aos equipamentos nos prazos e na forma a seguir:
 - 2.1.1. a assistência técnica será prestada na modalidade “on-site” de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, e consistirá na reparação das eventuais falhas do equipamento e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para o equipamento.
 - 2.1.2. a assistência técnica consistirá na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento do equipamento com o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive peças.
 - 2.1.3. o fornecedor deverá garantir assistência técnica do equipamento, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de atender no local de entrega do equipamentos com, no mínimo, um posto de assistência técnica.
 - 2.1.4. a assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.
 - 2.1.5. a abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e por telefone com número de DDD igual ao da localidade do Contratante, ou através de prefixo “0800”. Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.
 - 2.1.6. o Controlador de Wireless deverá ter um nível de atendimento 8x5xNBD: 8 horas por dia, 5 dias da semana (de segunda a sexta) com a reposição de equipamento até no próximo dia útil.



3. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL NÃO COBREM:

- 3.1. Falhas no funcionamento do produto decorrentes de uso inadequado, ou seja, em desacordo com as instruções e/ou recomendações do manual de instrução do produto;
- 3.2. Produtos ou peças que tenham sido danificados em consequência de remoção ou manuseio por pessoas não autorizadas, ou de fatos decorrentes de forças da natureza, tais como raios, chuvas, inundações etc;
- 3.3. Peças sujeitas ao desgaste natural, descartáveis ou consumíveis, peças móveis ou removíveis em uso normal, bem como a mão-de-obra utilizada na aplicação das peças e as consequências advindas dessas ocorrências.

4. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL FICAM AUTOMATICAMENTE INVALIDADAS SE:

- 4.1. Na utilização do produto não forem observadas as especificações e recomendações do manual de instrução;
- 4.2. O produto tiver sofrido alterações ou modificações estéticas e/ou funcionais, bem como tiver sido realizado conserto por pessoas ou entidades não credenciadas pela Concedente;
- 4.3. Os defeitos forem provocados pela utilização de material ou peças fora das especificações.

5. SANÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

- 5.1. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

- 5.1.1.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 20.1.3 e 20.1.4 do edital, como também a inexecução total do contrato.